



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## REQUERIMENTO N.º , de 2026 (Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a saúde indígena e o fortalecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Senhor presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública para discutir a saúde indígena e o fortalecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

Para tanto, propomos que sejam convidados os seguintes representantes:

Representante do Ministério da Saúde;  
Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde;  
Coordenador-Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);  
Presidente do Fundação Nacional dos Povos Indígenas;  
Presidente do Conselho Nacional de Saúde;  
Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena.

### Justificativa

A Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, assegurando a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde. No caso dos povos indígenas, esse direito deve ser concretizado por meio de políticas públicas específicas, capazes de respeitar a diversidade étnica, cultural, linguística e territorial dessas populações, conforme os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas.

A criação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, organizado por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), representou importante avanço na estruturação de uma política diferenciada de assistência. Entretanto, persistem desafios significativos relacionados à oferta de serviços de saúde em áreas remotas, à infraestrutura das unidades de atendimento, ao transporte sanitário, à logística para distribuição de medicamentos e insumos, bem como à fixação de profissionais de saúde em regiões de difícil acesso.

Na Amazônia Legal, onde se concentra parcela significativa da população indígena brasileira, as dificuldades geográficas tornam ainda mais complexa a organização da assistência. Longas distâncias, deslocamentos predominantemente fluviais ou aéreos, condições climáticas adversas e limitações de comunicação frequentemente dificultam o acesso das equipes de saúde às aldeias, comprometendo a





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

continuidade do cuidado, a realização de ações preventivas, o acompanhamento de gestantes, crianças e idosos, além da resposta rápida a surtos e emergências sanitárias.

Além dos desafios estruturais, é fundamental fortalecer o modelo de atenção intercultural, assegurando que as políticas públicas dialoguem com os conhecimentos tradicionais, respeitem as práticas de cuidado próprias de cada povo e garantam a participação das lideranças indígenas na formulação, implementação e avaliação das ações de saúde. A valorização da medicina tradicional, aliada à assistência prestada pelo SUS, constitui elemento essencial para a promoção de um cuidado integral, humanizado e culturalmente adequado.

Também merece atenção o cenário epidemiológico enfrentado pelos povos indígenas, marcado pela coexistência de doenças infecciosas, doenças crônicas não transmissíveis, desnutrição, mortalidade materno-infantil e impactos decorrentes de fatores ambientais, conflitos territoriais e atividades ilegais em terras indígenas, que frequentemente agravam as condições de saúde dessas populações e exigem respostas coordenadas do poder público.

Nesse contexto, a realização da presente Audiência Pública mostra-se oportuna e necessária para promover um amplo debate entre representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde Indígena, dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, das organizações representativas dos povos indígenas, pesquisadores, profissionais da saúde e demais especialistas, permitindo identificar os principais desafios enfrentados e discutir alternativas para o fortalecimento da política de saúde indígena no Brasil.

A iniciativa permitirá que a Comissão contribua para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas aos povos indígenas, subsidiando a atuação legislativa desta Casa e fortalecendo o compromisso do Estado brasileiro com a garantia do direito à saúde, a redução das desigualdades e a promoção da justiça social, especialmente na Região Amazônica, onde esses desafios assumem dimensões ainda mais relevantes.

Sala das Comissões, em 06 de julho de 2026.

**Dorinaldo Malafaia**  
Deputado Federal – PDT/AP

